

RELATÓRIO ANUAL DE **GESTÃO 2023**

EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2023

SOBRE

A **INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO** é uma Instituição Financeira Cooperativa constituída pelos seus Associados através da Assembleia Geral de Constituição realizada no dia 03 de julho de 2000. Recebeu autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil no dia 16 de novembro de 2000 e entrou em Atividade no dia 11 de abril de 2001.

Em 31 de dezembro de 2023 completou 22 anos de atividade.





SR. AROLDO SOARES JÚNIOR
PRESIDENTE DO CONSELHO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados Associados da INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA

Gostaria de compartilhar com Vossas Senhorias a alegria que sentimos ao encerrar o exercício de 2023 com importantes conquistas para a nossa Sociedade Cooperativa.

Quero destacar o marco importante de nossa ampliação da área Estatutária de Associação com base na evolução normativa conquistada através da Lei Federal Complementar 196/22 que alterou o texto da Lei Federal nº 5.764/71.

Durante todo o ano, trabalhamos em conjunto com os nossos Executivos e isso resultou em um eficiente plano de desenvolvimento que permitiu alcançarmos o equilíbrio financeiro da nossa Sociedade Cooperativa.

Encerramos o ano de 2023 celebrando 22 (Vinte e Dois) anos de existência da Sociedade que entrou em atividade no dia 11.04.2001 e todas as nossas conquistas ao longo desta trajetória foram o resultado das escolhas de todos que fizeram parte desta Sociedade Cooperativa.

Os meus agradecimentos sinceros aos executivos, equipe e associados



SRTA. CLEUDE RODRIGUES
PRESIDENTE EXECUTIVA

MENSAGEM DA PRESIDENTE EXECUTIVA

Prezados Associados e Colaboradores da INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO

O exercício findo em 31.12.2023 foi marcado por inúmeros desafios que foram superados devido o trabalho conjunto entre a Diretoria Executiva, os membros do Conselho de Administração a equipe técnica e as contribuições dos associados através da utilização dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

O esforço conjunto possibilitou a Cooperativa a auferir o maior resultado acumulado desde o exercício de 2017 quando fatores externos impactaram negativamente no equilíbrio econômico-financeiro da nossa Sociedade Cooperativa.

Agradecemos a todo o apoio prestado pelos membros do Conselho de Administração, especialmente o apoio e a dedicação do Presidente do Conselho, Sr. Aroldo Soares Júnior, a equipe técnica e a todos os associados que contribuíram usufruindo dos produtos e serviços ao longo deste exercício findo.

Muito Obrigada – Srta. Cleude Rodrigues

MENSAGEM DO DIRETOR DE NEGÓCIO

Caros Associados e Colaboradores da COOPERATIVA INDEPENDÊNCIA,

Em uma perspectiva institucional, 2023 foi um ano emblemático. Em meio às incertezas no cenário político Nacional e pelas ameaças causadas pelos recentes conflitos internacionais, como reflexo do comprometimento de todos os nossos "Stakeholders", a INDEPENDÊNCIA encerrou o exercício de 2023 com resultado 451% melhor que o apresentado no exercício anterior. Isso é o Cooperativismo, marcado pela união de todos os associados direcionados a um objetivo.

Os meus mais sinceros agradecimentos ao Presidente do Conselho de Administração Sr. Aroldo Soares Júnior e a Presidente Executiva Srta. Cleude Rodrigues pelo apoio incondicional e especialmente aos associados que confiaram nessa nova gestão e contribuíram significativamente na obtenção deste importante resultado.

Desejo a todos as minhas mais sinceras saudações Cooperativistas.



SR. LUCIANO DE OLIVEIRA
DIRETOR DE NEGÓCIO

NOSSOS NÚMEROS EM 2023

RESULTADO DO
EXERCÍCIO DE 2022

SOBRAS BRUTAS

R\$ 205 Mil

RESERVA LEGAL

R\$ 455 Mil

RESULTADO DO
EXERCÍCIO DE 2023

SOBRAS BRUTAS

R\$ 1,13 Milhões

RESERVA LEGAL

R\$ 1,48 Milhões

+451,25%

SOBRAS BRUTAS

+225,33%

RESERVA LEGAL

3.558

ASSOCIADOS



89,88%

P. FÍSICAS
3.198



10,12%

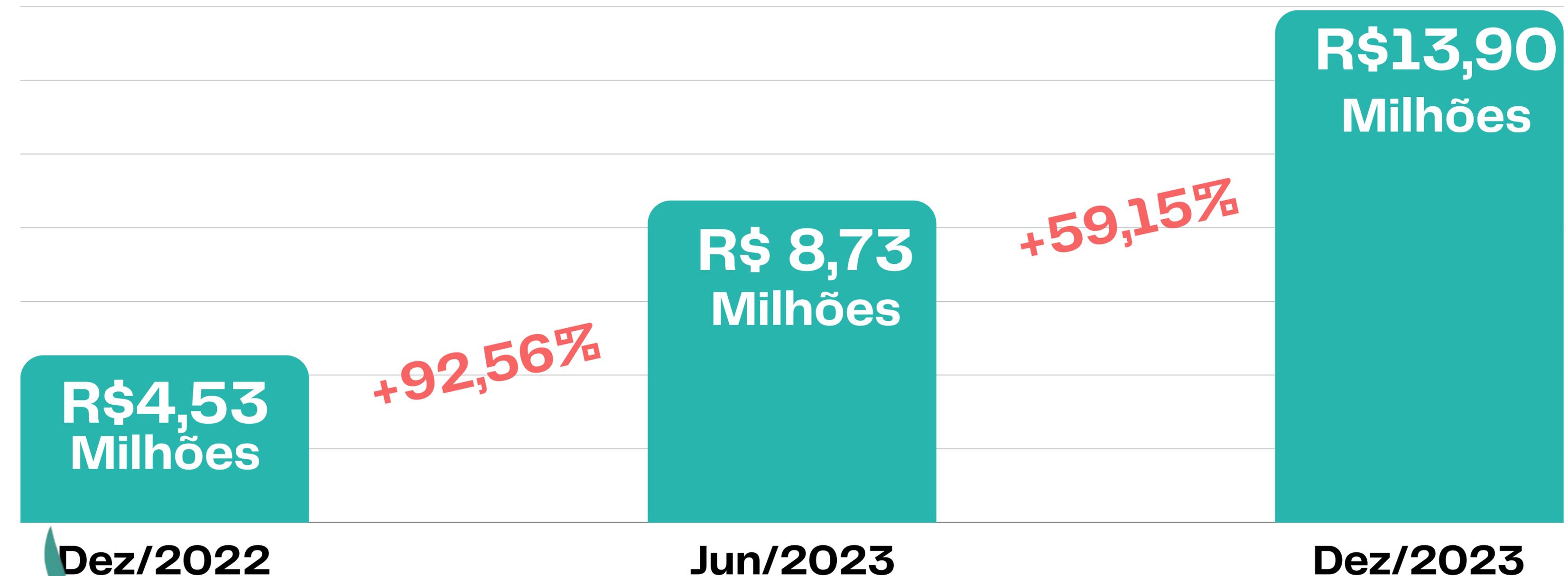
P. JURÍDICAS
360

EVOLUÇÃO

INDICADORES DE LIQUIDEZ



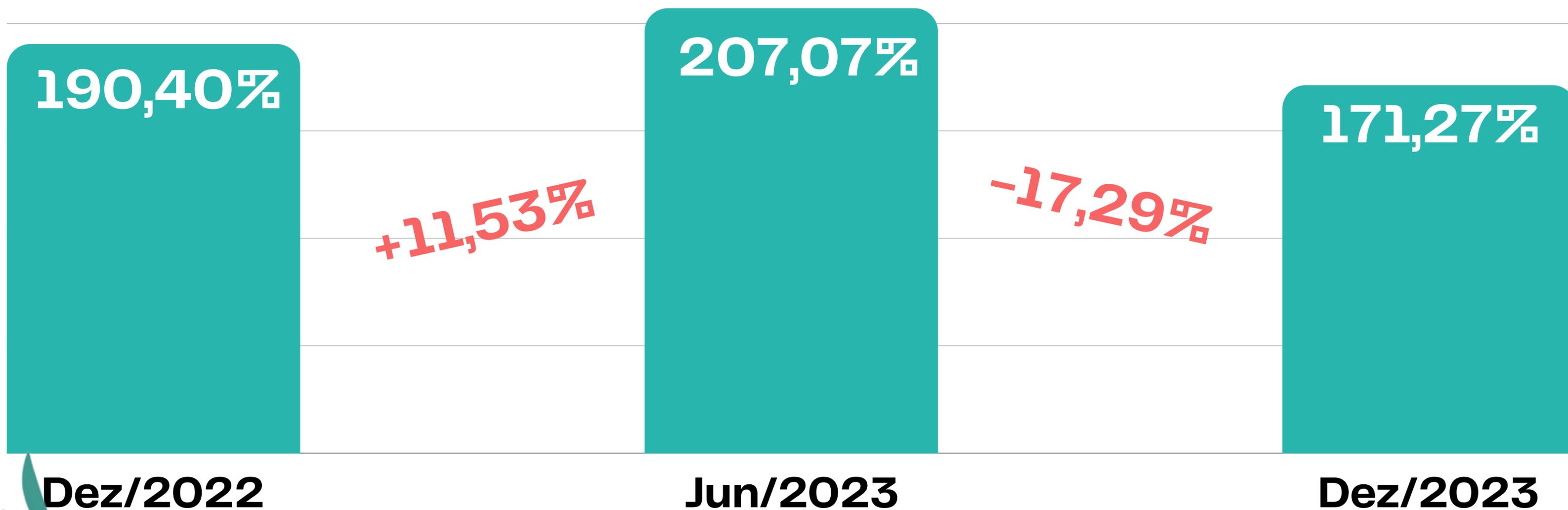
Liquidez Contábil



Δ Período +206,46%

Liquidez sobre os Depósitos

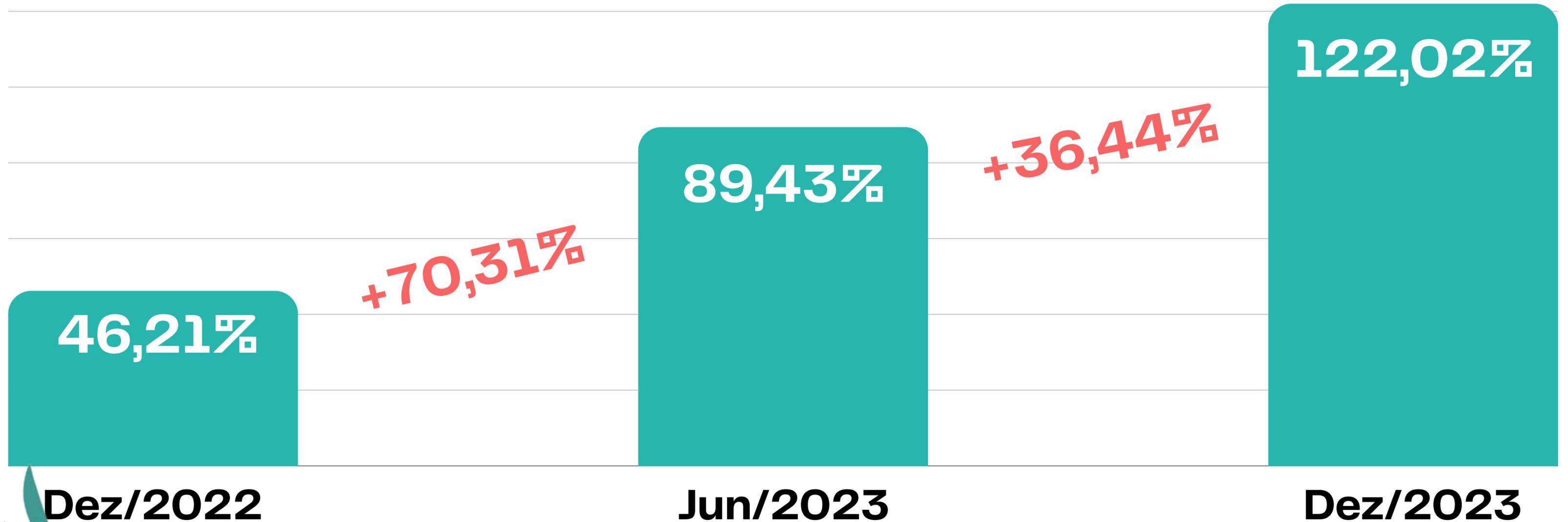
Acima da Liquidez Mínima Exigida pelo CONSAD de 25%



Δ Período -7,75%

Liquidez sobre o Patrimônio Líquido

Acima da Liquidez Mínima Exigida pelo CONSAD de 25%



Δ Período +132,37%

Índice de Liquidez Corrente

Índice Ideal é igual ou superior a 1.00

Significa que se liquidássemos a Cooperativa em 31.12.2023, para cada R\$ 1,00 (Um Real) de dívidas de curto prazo pagas, restariam R\$ 0,83 (Oitenta e Três Centavos).

A INDEPENDÊNCIA obteve um BOM INDICADOR.



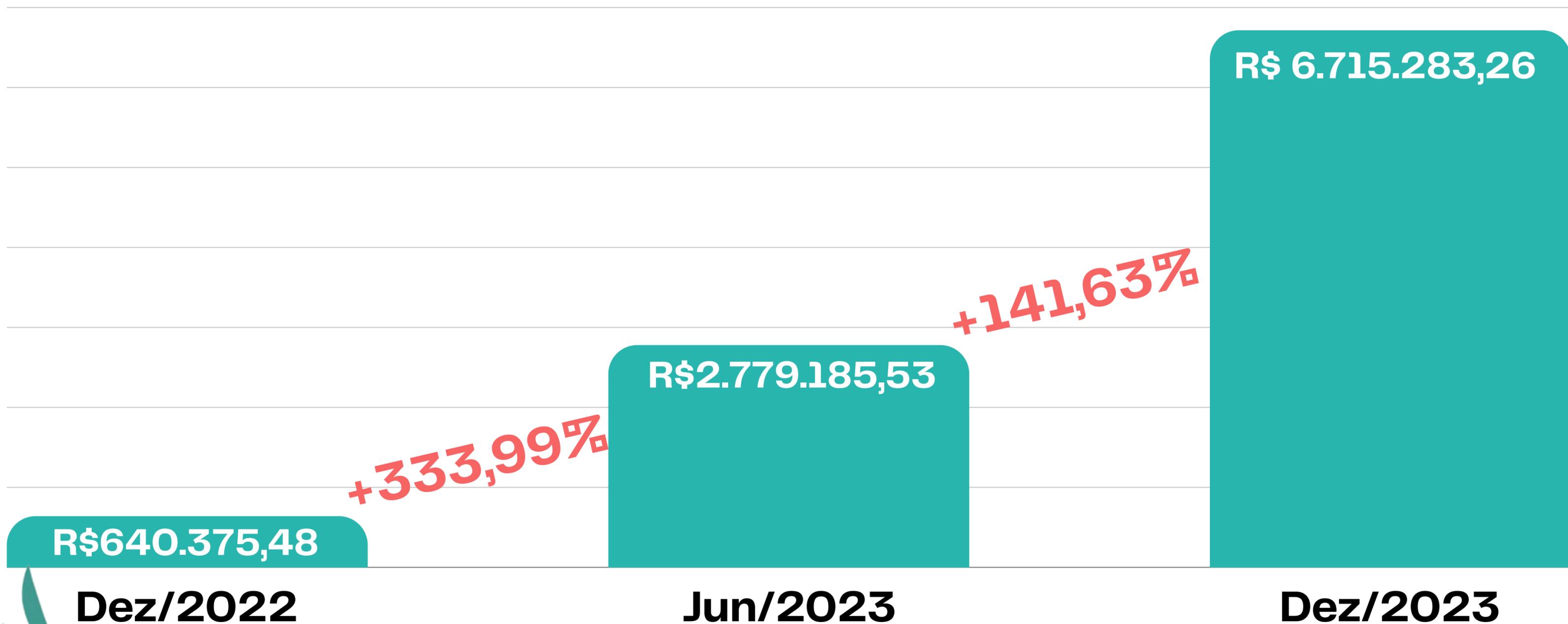
Δ Período -9,43%

EVOLUÇÃO

INDICADORES DE CAPTAÇÃO



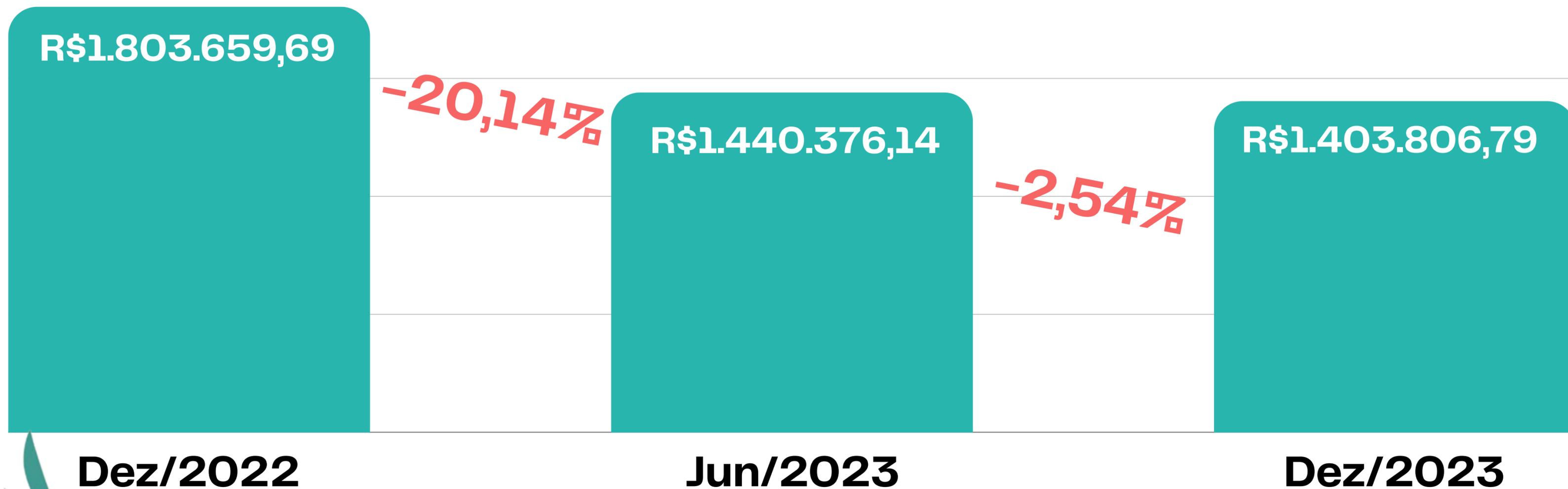
Depósitos a Vista (Conta Corrente)



Δ Período +948,65%

Depósitos a Prazo (RDC)

A Redução dos Depósitos a Prazo reduziu significativamente as Despesas com Captação, elevando as Sobras da Cooperativa.



ΔPeríodo -22,17%

Despesas com Captação (RDC)

A Redução dos Depósitos a Prazo reduziu as Despesas com Captação em **-94,13%**, elevando as Sobras da Cooperativa.



ΔPeríodo -94,13%

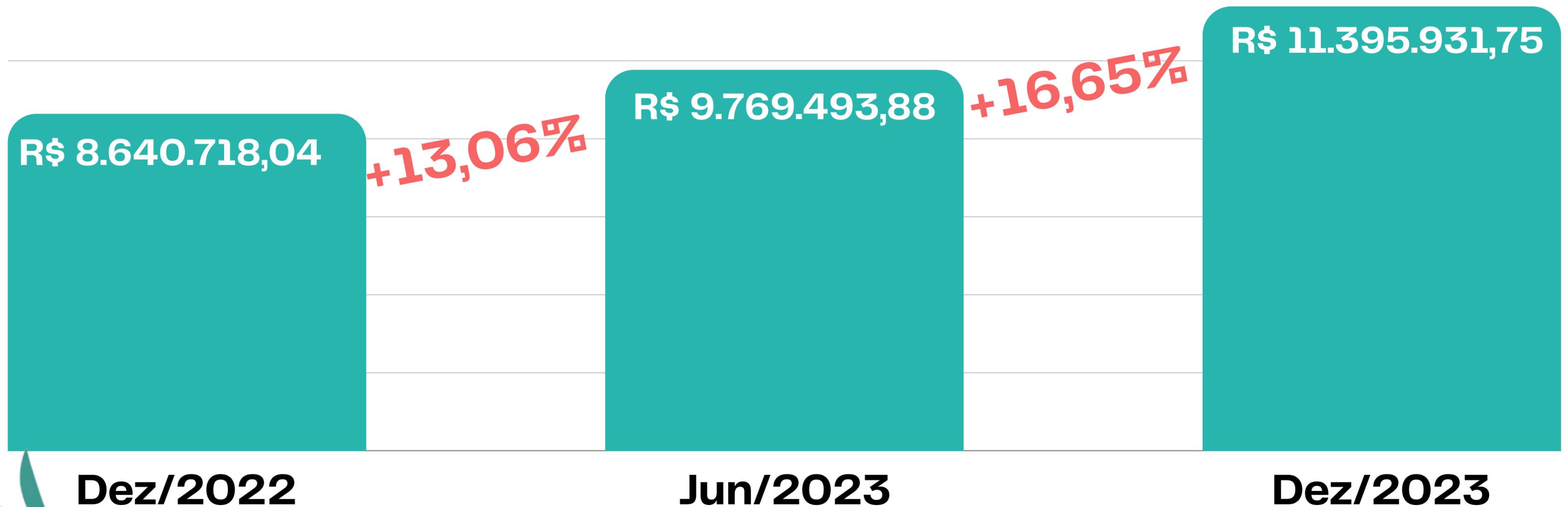
EVOLUÇÃO

INDICADORES DE CAPITAL / PL



Patrimônio Líquido

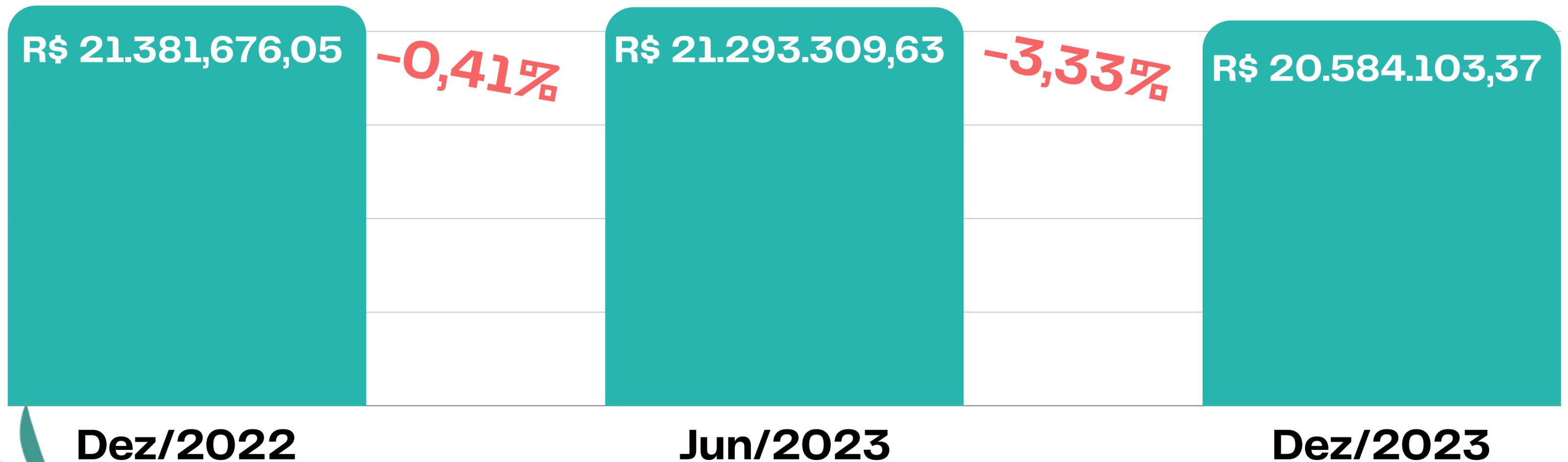
O Patrimônio Líquido serve de Base para o Cálculo dos Limites Operacionais. Quanto Maior Melhor.



Δ Período +31,89%

Capital Social

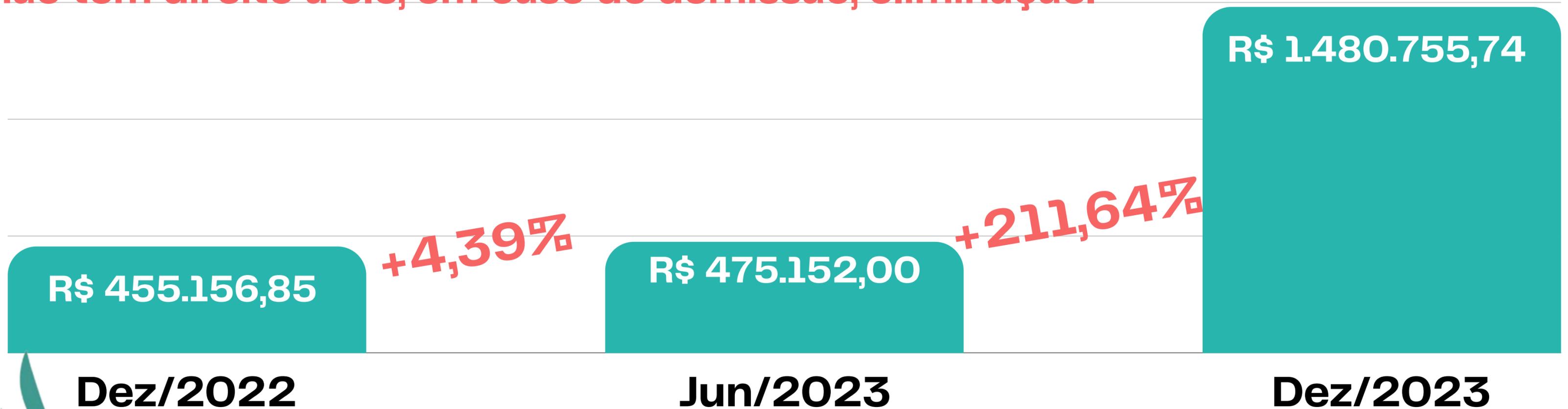
O Capital Social representa a soma das contribuições mensais dos Associados (integralização mensal de capital), principal elemento do Patrimônio Líquido. O Saldo do Capital foi ajustado para fortalecer a Reserva Legal em conformidade com a Lei Complementar 196



Δ Período -3,73%

Reserva Legal

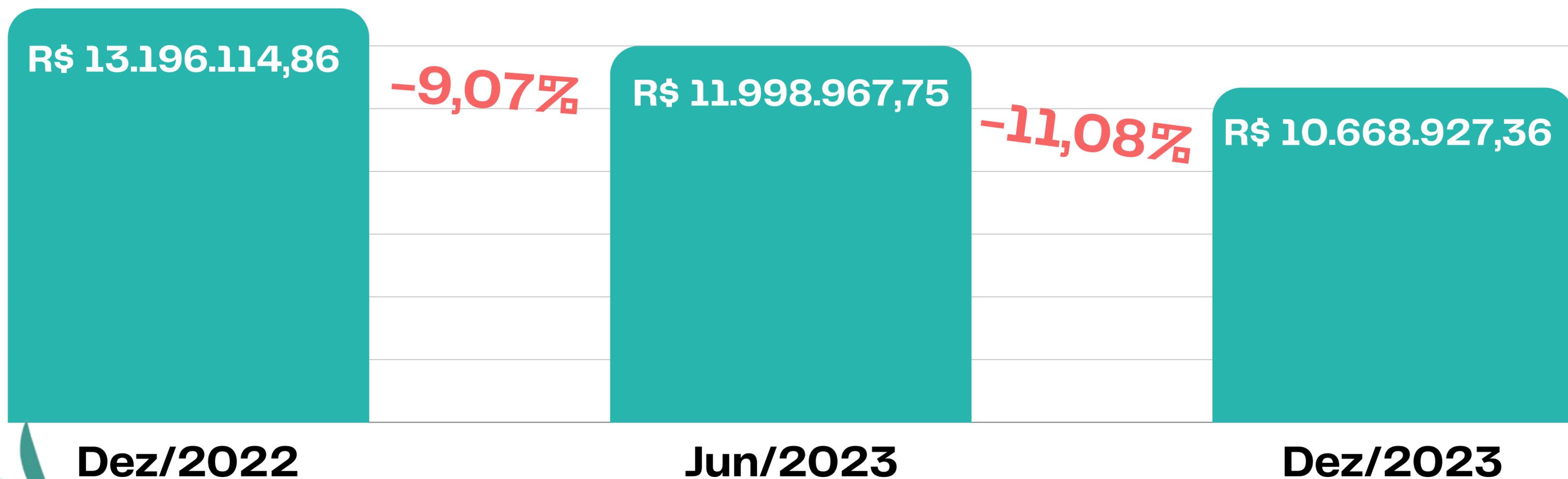
Reserva Legal é um fundo indivisível de constituição obrigatória, em conformidade com a Lei Federal nº 5.764/71 sempre que a Cooperativa produz sobras no fechamento do exercício. Tem a finalidade de constituir espécie de seguro em caso de perdas de exercícios futuros. Indivisível pois os associados não tem direito a ele, em caso de demissão, eliminação.



Δ Período +255,33%

Perdas Acumuladas

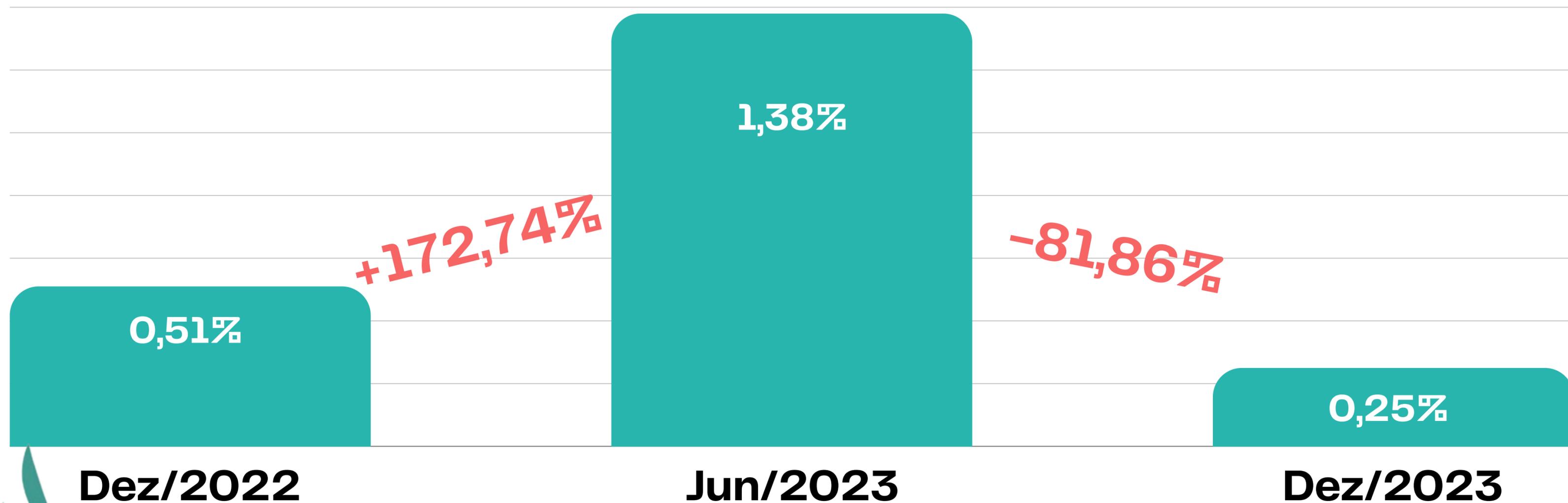
As Perdas Acumuladas herdadas de gestões anteriores representaram redução de **-19,15%** no exercício de 2023, devido ao esforço de cobrança dos rateios pendentes de liquidação.



ΔPeríodo -19,15%

Índice de Imobilização

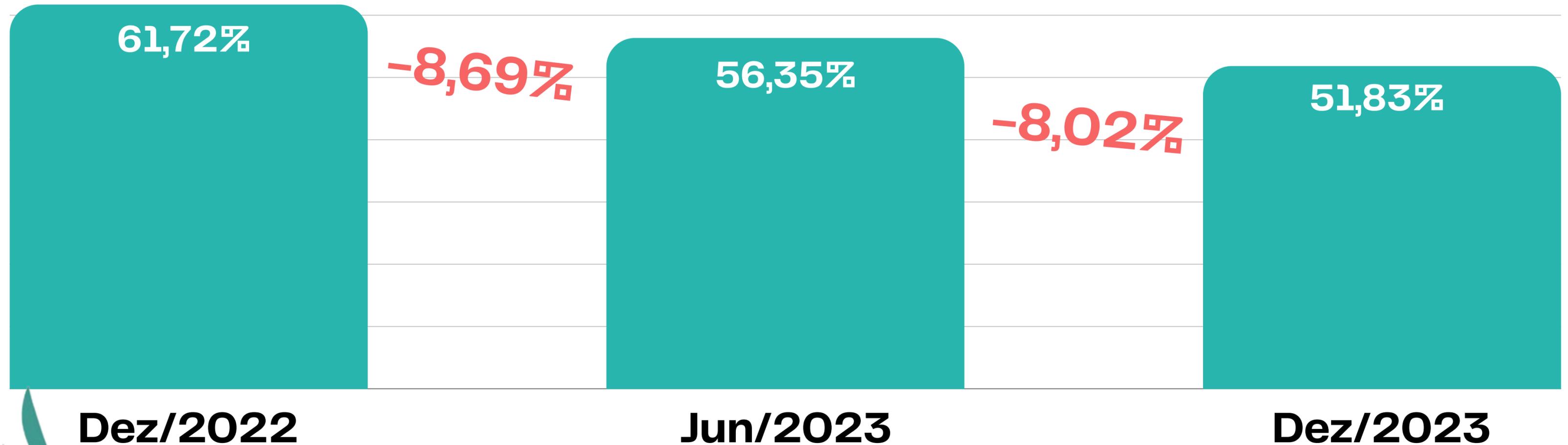
O Banco Central determina que nenhuma Instituição Financeira poderá imobilizar percentual superior a 50% sobre o valor do Patrimônio Líquido. A Cooperativa está em conformidade, com índice inferior a 1%.



Δ Período -50,58%

Índice da Perda Acumulada Sobre o Capital

As Perdas Acumuladas herdadas de Gestões Anteriores reduz o Valor do Patrimônio Líquido que é a base de cálculo dos Limites Operacionais. O Indicador demonstra que em Dez/2023 as Perdas representaram 51,83% sobre o Capital Social integralizado. A cobrança de rateios reduziu em 16,02% o indicador fruto do esforço de cobrança pela Diretoria Executiva.



Δ Período -16,02%

EVOLUÇÃO

INDICADORES DE CRÉDITO



Carteira de Crédito

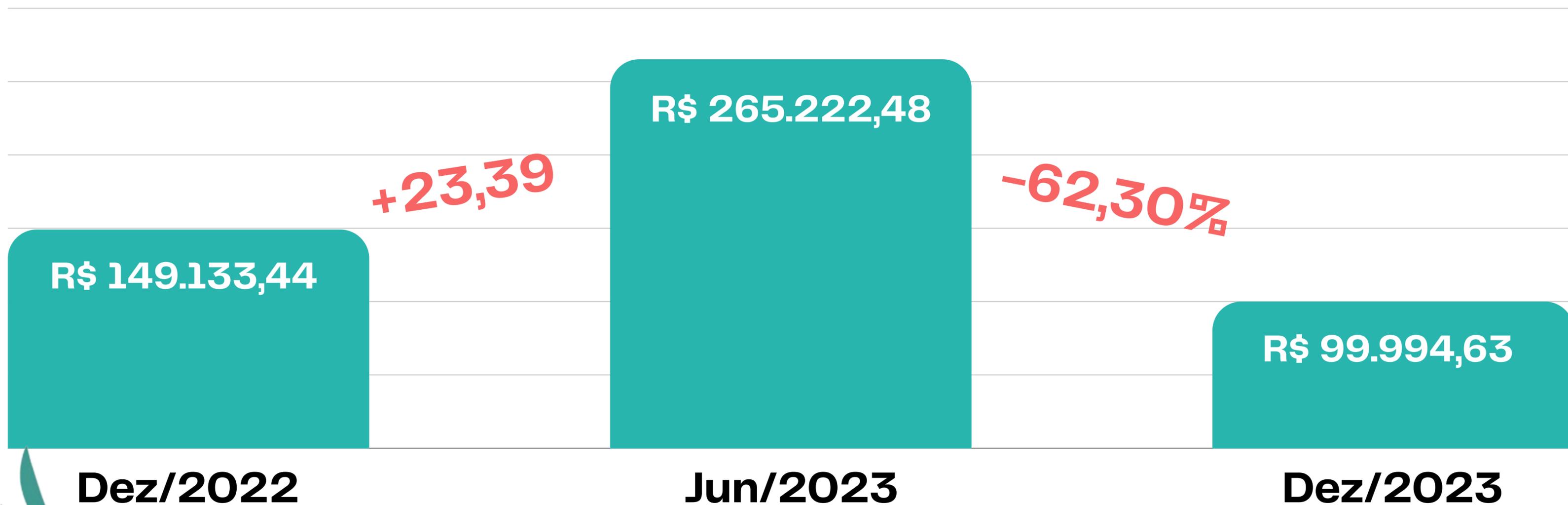
Uma carteira de crédito focada em produtos de menor risco e maior qualidade, permite manter adequado nível de rentabilidade, com baixo nível de inadimplência, gerando adequado volume de sobras, com potencial de crescimento para o exercício de 2024.



Δ Período -32,90%

PARCELAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 90 DIAS

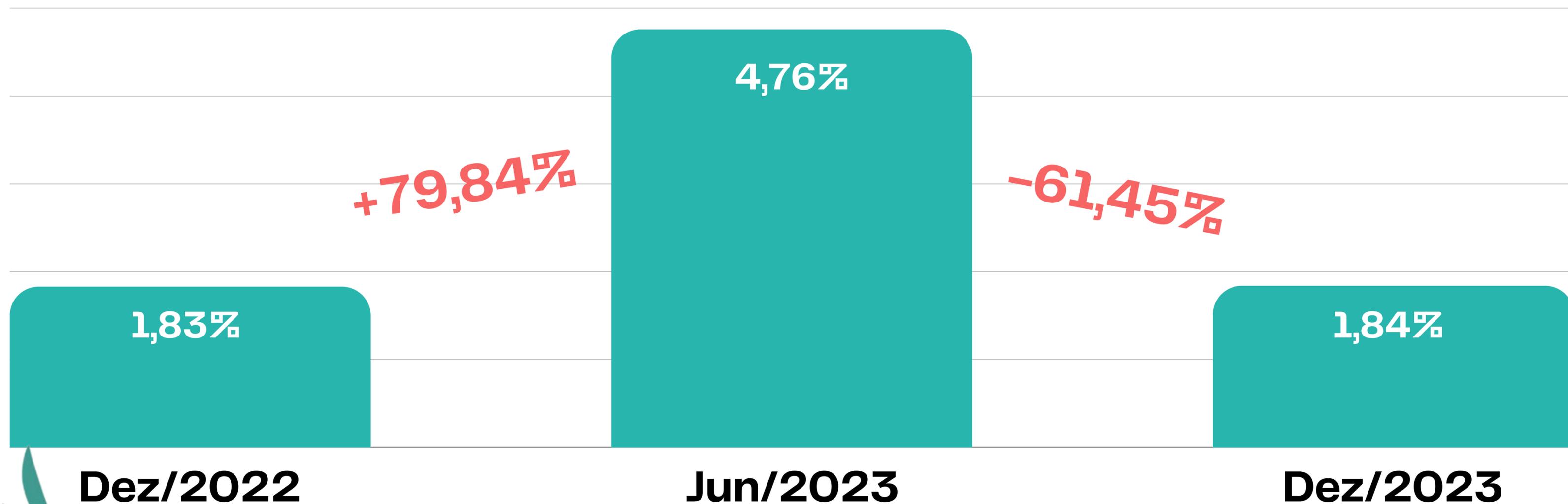
A Soma das Parcelas vencidas há mais de 90 (noventa) dias representou queda de **-53,48%**..



ΔPeríodo -53,48%

INAD_90 S/ CARTEIRA DE CRÉDITO

O índice de Inadimplência (INAD_90) sobre a Carteira de Crédito representou 1,84% em 2023 sinalizando uma Carteira saudável de Baixo Risco de Crédito.



Δ Período -30,68%

PROVISÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A Provisão (despesa) constituída para fazer frente às Operações de Crédito de Difícil ou Duvidosa Liquidação exigida pela Res. nº 2.682/99 representou queda de **-15,96%** no período, devido ao baixo risco da Carteira, o que consequentemente eleva as Sobras da Cooperativa.



Δ Período -15,96%

Índice de Cobertura

Indica que em Dezembro de 2023 o volume de Despesa de Provisão para fazer frente aos títulos inadimplentes conseguiria Cobrir/Suportar o volume real de Inadimplência em 3,46x (três vírgula quarenta e seis vezes). O indicador da Cooperativa é mais conservador do que a média praticada pelo Sistema Financeiro Nacional de 1,16 x conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil. Vide Relatório de Estabilidade Financeira.



Δ Período +80,65%

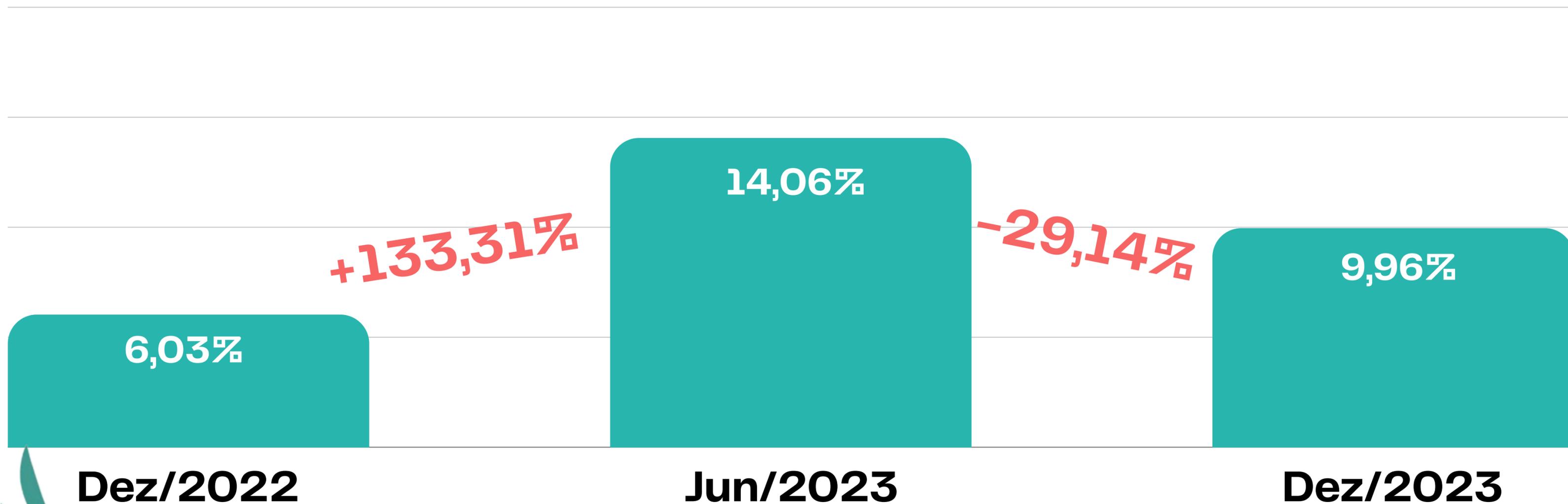
EVOLUÇÃO

INDICADORES DE RENTABILIDADE



ROE - Índice de Rentabilidade Sobre o PL

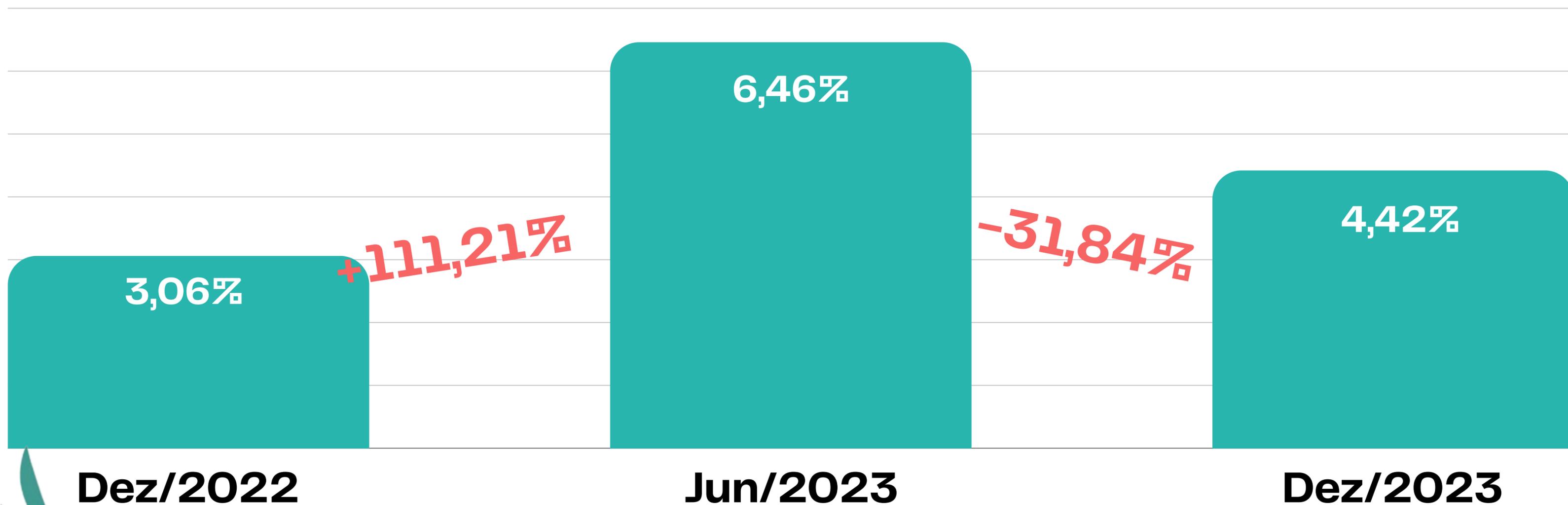
Indicador de mercado que aponta a capacidade de gerar resultado com o patrimônio líquido. O indicador demonstra um bom indicador.



Δ Período +65,32%

ROA - Índice de Rentabilidade Sobre o Ativo

Indicador de mercado que aponta a capacidade de gerar resultado com o Ativo. O indicador demonstra um bom indicador.



Δ Período +44,38%

EVOLUÇÃO

BALANÇO

PATRIMONIAL

31/12/2023



ATIVO DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023 (em R\$)	31/12/2022 (em R\$)
ATIVO CIRCULANTE	24.245.860,45	18.076.688,34
DISPONIBILIDADES (NOTA 4)	640.250,34	587.862,68
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	17.733.107,16	12.667.438,82
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	13.265.413,65	3.949.641,59
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	191.580,36	191.580,36
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	191.580,36	191.580,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05a)	4.276.113,15	8.526.216,87
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4.276.113,15	8.526.216,87
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 2.1)	(328.390,64)	(412.309,03)
(-) Operações de Crédito (NOTA 05b)	(328.390,64)	(412.309,03)
OUTROS ATIVOS	6.200.893,59	5.233.695,87
Negociações e Intermediações de Valores	729.171,70	295.762,01
Diversos (NOTA 06)	5.471.721,89	4.937.933,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.525.477,58	43.737,60
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.496.970,54	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05a)	1.496.970,54	-
Operações de Crédito	1.496.970,54	-
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 7)	28.507,04	43.737,60
Outras Imobilizações de Uso	194.864,48	194.917,01
(-) Depreciação Acumulada	(166.357,44)	(151.179,41)
INTANGÍVEL (NOTA 7)	-	-
Software	5.325,17	5.325,17
(-) Amortizações Acumuladas	(5.325,17)	(5.325,17)
TOTAL DO ATIVO	25.771.338,03	18.120.425,94

PASSIVO DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023 (em R\$)	31/12/2022 (em R\$)
PASSIVO CIRCULANTE	14.229.848,70	8.925.501,19
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	8.119.090,05	2.444.035,17
Depósitos à Vista	6.715.283,26	640.375,48
Depósitos à Prazo	1.403.806,79	1.803.659,69
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.042.809,61	938.756,94
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.042.809,61	938.756,94
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	5.176,88
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	5.176,88
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	5.067.949,04	5.537.532,20
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.385,93	2.025,80
Sociais e Estatutárias (NOTA 08)	1.147.661,39	1.345.178,12
Fiscais e Previdenciárias	32.172,65	44.979,35
Diversas (NOTA 09)	3.885.729,07	4.145.348,93
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	-
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NOTA 2.1)	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.541.489,33	9.194.924,75
CAPITAL SOCIAL (NOTA 10)	20.584.103,37	21.381.676,05
De domiciliados no País	20.584.103,37	21.381.676,05
(-) Capital a Realizar	-	-
RESERVAS DE LUCROS	1.821.410,52	455.156,85
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(10.864.024,56)	(12.641.908,15)
TOTAL DO PASSIVO	25.771.338,03	18.120.425,94

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A INDEPENDENCIA COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO, situada Rua Voluntários da Pátria, 257, 3o andar, Santana, São Paulo/SP, CEP 02011-000, foi constituída em 03 de julho de 2000., recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil em 16 de novembro de 2000 e iniciou as atividades no dia 11 de abril de 2001. A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e tem por objetivo a educação cooperativista, a assistência financeira e prestação de serviços aos seus cooperados.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

(a) Apuração do Resultado:

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Operações Ativas e Passivas:

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos..

(c) Operações de crédito e Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

As operações de crédito são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/1999 e 2.697/2000.

(d) Permanente:

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

A administração pretende em 2023 revisar as taxas de depreciação conforme requer a NBC TG 27 de forma a reconhecer o montante com base na vida útil estimada. Considerando avaliação histórica dos dados, natureza dos bens e a atividade econômica da sociedade, estima-se como sendo pouco representativo o reflexo no resultado do período.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

(e) Redução ao Valor Recuperável do Ativo:

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021, determinou a adoção dos Pronunciamentos Técnicos – CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

(f) Passivos Contingentes:

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

(g) Demais Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo:

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

(h) Estimativas Contábeis:

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – Componente de Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa são formados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos com liquidez imediata, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses, utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da cooperativa. Em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de 31/12/2022. Informamos ainda que a Cooperativa não possui linha de crédito pré-aprovada.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-
Depósitos Bancários	640.250,34	587.862,68
Relações Interfinanceiras		
Relações Interdependências		
TOTAL	640.250,34	587.862,68

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

(a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

PRAZO	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a Depositante	7.335,98	39.662,56
Cheque Especial		
Empréstimos	3.374.521,15	4.312.018,21
Direitos Creditórios Descontados	2.391.226,56	3.724.262,64
Financiamentos	-	450.273,46
TOTAL	5.773.083,69	8.526.216,87

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 05 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

(b) Classificação pelo Risco:

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em	Provisões	Total em	Provisões
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Nível A	5.139.017,62	25.695,26	7.590.903,31	45.454,81
Nível B	280.212,28	2.802,12	121.964,09	1.219,68
Nível C	8.218,89	246,59	50.349,89	4.833,15
Nível D	11.991,36	1.199,18	222.548,37	22.255,28
Nível E	5.357,97	1.607,43		10.550,93
Nível F	35.002,05	17.501,38		6.786,92
Nível G	46.482,94	32.538,10		139.412,81
Nível H	246.800,58	246.800,58	193,23	181.795,45
Total Geral	5.773.083,69	328.390,64	7.985.958,89	412.309,03

(c) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo: * valores em Reais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	972.735,41	-
Valor das operações transferidas no período	590.115,90	1.032.503,67
Valor das operações recuperadas no período *	(104.758,69)	(59.768,26)
Total	1.458.092,62	972.735,41

* valores em Reais

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

DIVERSOS	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais	221.295,66	184.663,36
Adiantamento por conta de imobilizações	-	142.255,97
Cheques a devolver	-	2.869,26
Bloqueios Judiciais	2.150.085,72	2.292.076,48
Imposto de Renda a Recuperar	50.425,85	50.425,85
Valores a receber consignados	541.493,29	592.289,50
Pagamentos indevidos a terceiros	163.120,50	162.235,01
A receber - Processo 1024829-24.2020.8.26.0100	563.773,86	76.268,06
Devedores Diversos ¹	1.781.527,01	1.434.850,37
TOTAL	5.471.721,89	4.937.933,86

* valores em Reais

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 07 – IMOBILIZADO

O Imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas com base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão assim representados:

IMOBILIZADO DE USO	Taxa Anual	31/12/2022	31/12/2021
Instalações	10%	22.329,26	22.329,26
(-) Depreciação Acumulada	-	(19.048,17)	(17.508,34)
Móveis e Equipamentos	10%	172.535,22	172.587,75
(-) Depreciação Acumulada	-	(147.309,27)	(133.671,07)
Software	0,20	5.325,17	5.325,17
(-) Depreciação Acumulada		(5.325,17)	(5.325,17)
TOTAL		28.507,04	43.737,60

* valores em Reais

NOTA 08 – SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

As obrigações Sociais e Estatutárias, classificadas no passivo no grupo de obrigações fiscais e diferidas estão assim compostas:

DIVERSAS	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Assistência Técnica Educacional (FATES)	228.662,88	58.335,49
Cotas de Capital a Pagar	918.998,51	1.286.842,63
TOTAL	1.147.661,39	1.345.178,12

* valores em Reais

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

DIVERSAS	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com Pessoal	32.119,30	34.590,17
Provisão para contingências	-	122.071,58
Credores Diversos	3.853.609,77	3.988.687,18
TOTAL	3.885.729,07	4.145.348,93

* valores em Reais

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em cotas–partes de valor unitário equivalente a R\$ (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas–partes. O ingresso ou a permanência no quadro social é livre àqueles que desejarem utilizar os produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, desde que adiram aos propósitos sociais, concordem, preencham e satisfaçam as condições estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Cooperativa. O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	20.584.103,37	21.381.676,05
Número de Associados	3624	4257

* valores em Reais

NOTA 11 – DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A cooperativa deve divulgar a natureza do relacionamento, montante das transações, prazos e condições, garantias dadas ou recebidas e provisão para crédito de liquidação duvidosa. Destacamos entre as nossas partes relacionadas os membros estatutários.

(a) Membros Estatutários:

No dia 30 de julho de 2021, o Conselho de Administração fazendo uso dos poderes conferidos pelo art. 67 do Estatuto Social aprovou o PRLB–Plano de Recuperação do Limite de Basileia elaborado pela Diretoria Executiva suspendendo a remuneração de cédulas de presença aos órgãos estatutários. Decisão foi reportada na Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada no dia 30 de julho de 2021. Os associados reunidos em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2022 acataram a proposta apresentada pela Diretoria Executiva suspendendo o pagamento das cédulas de presença aos membros do Conselho de Administração e Fiscal até que a Cooperativa estabilize a situação econômico–financeira e, fixou o limite global anual de remuneração da Diretoria Executiva em 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais).

Transações com partes relacionadas	31/12/2023*	31/12/2022*
Depósitos a Vista	2.949,69	16,67
Pessoas Físicas	2.949,69	16,67
Depósitos a Prazo	-	-
Pessoas Físicas	-	-
Operações de Crédito	47.952,93	15.944,63
Cota Capital	6.320,00	3.400,00
Remuneração de empregados e administradores	61.035,21	96.791,04
Remuneração Pessoas Chave da Administração	-	-
TOTAIS	121.207,52	116.169,01

* Valores em Reais.

NOTA 12 – PERDAS ACUMULADAS

Perdas Auferidas no Exercício findo em 31.12.2017:

As Perdas produzidas em decorrência da insuficiência das contribuições dos associados na cobertura das despesas da sociedade no Exercício de 2017 totalizaram (R\$ 6.972.454,00).

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 deliberou sobre o rateio das referidas perdas no prazo máximo de 05 (Cinco) anos respeitando o seguinte cronograma: (a) Ano 1 amortização de 5%; (b) Ano 2 – amortização de 10%; (c) Ano 3 – amortização de 15%; (d) Ano 4 – amortização de 20% e; (e) Ano 5 – amortização dos 50% restantes. A referida Assembleia determinou as operações de crédito como critério para a apuração do rateio individualizado entre todos os associados. Em 14 de agosto de 2018 os Associados reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram por unanimidade retificar o critério de rateio estabelecido pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, passando o critério de rateio a abranger as operações de crédito, a utilização do cartão de crédito e os limites de cheque especial utilizados ao longo do exercício findo em 31.12.2017, sem, contudo, modificar o cronograma anteriormente estabelecido pelos Associados.

Perdas Auferidas no Exercício findo em 31.12.2018:

As Perdas produzidas em decorrência da insuficiência das contribuições dos associados na cobertura das despesas da sociedade no Exercício de 2018 totalizaram (R\$ 1.939.001,16).

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28.05.2019 aprovou as contas dos órgãos de Administração relativo ao exercício findo em 31.12.2018, contudo, não deliberou sobre os critérios para rateio das perdas ou sobre o respectivo prazo para rateio. Razão pelo qual o Banco Central do Brasil determinou a retificação das deliberações tomadas pela AGO/E de 28.05.2019. A Assembleia Geral Ordinária de 29.09.2020 determinou que as Perdas de 2018 fossem compensadas por meio das sobras de exercícios seguintes, no prazo máximo de 15 (Quinze) anos e estabeleceu os critérios para a individualização do rateio entre os associados. (art. 9º da Lei Federal Complementar 130/09, art. 5º da Lei Federal nº 14.030/20, §único do art. 36 do Estatuto Social e, Caput do art. 38 da Lei Federal nº5.764/71).

NOTA 12 – PERDAS ACUMULADAS

Perdas Auferidas no Exercício findo em 31.12.2019:

As Perdas produzidas em decorrência da insuficiência das contribuições dos associados na cobertura das despesas da sociedade no Exercício de 2018 totalizaram (R\$ 2.441.914,23).

A Assembleia Geral Ordinária de 29.09.2020 determinou que as Perdas de 2019 fossem compensadas por meio das sobras de exercícios seguintes, no prazo máximo de 15 (Quinze) anos e estabeleceu os critérios para a individualização do rateio entre os associados. (art. 9º da Lei Federal Complementar 130/09, art. 5º da Lei Federal nº 14.030/20, §único do art. 36 do Estatuto Social e, Caput do art. 38 da Lei Federal nº5.764/71).

Perdas Auferidas no Exercício findo em 31.12.2020:

As Perdas produzidas em decorrência da insuficiência das contribuições dos associados na cobertura das despesas da sociedade no Exercício de 2020 totalizaram (R\$ 2.582.461,60).

A Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2021 determinou que as Perdas de 2020 fossem compensadas por meio das sobras de exercícios seguintes, no prazo máximo de 15 (Quinze) anos e estabeleceu os critérios para a individualização do rateio entre os associados (art. 9º da Lei Federal Complementar 130/09, §único do art. 36 do Estatuto Social e, Caput do art. 38 da Lei Federal nº5.764/71). A Assembleia deliberou ainda que os associados demissionários deverão liquidar a vista, no ato do pedido de demissão, sua parcela no rateio das Perdas em conformidade com o disposto no parágrafo único e caput do art. 9º do Estatuto Social.

Por determinação do Banco Central do Brasil formalizada através do expediente nº 15.410/2021-BCB/DESUC foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2021 retificando o prazo de rateio que passou a ser o seguinte: (a) Ano 1 – amortização de 5%; (b) Ano 2 – amortização de 10%; (c) Ano 3 – amortização de 15%; (d) Ano 4 – amortização de 20%; (e) Ano 5 – amortização de 50% restante;

NOTA 12 – PERDAS ACUMULADAS

Perdas Auferidas no Exercício findo em 31.12.2021:

As Perdas produzidas em decorrência da insuficiência das contribuições dos associados na cobertura das despesas da sociedade no Exercício de 2021 totalizaram (R\$ 1.179.964,37).

A Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2022 aprovou as contas da administração do exercício findo em 31.12.2021 e autorizou a Administração da Cooperativa a fazer o uso disponível na Reserva Legal para cobertura total das perdas auferidas no exercício findo em 31.12.2021 não restando valores a serem rateados entre os associados. (caput do art. 29 e caput do art. 31 do Estatuto Social)

NOTA 13 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Analisando o ativo da Cooperativa, tendo como meta a revisão dos valores relevantes em consonância com a Resolução CFC nº 1.374/11 NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que estabelece entre as características qualitativas fundamentais das informações contábeis-financeiras a relevância, a administração declara que não identificou evidências de perdas não recuperáveis na última avaliação realizada, no exercício de 2023.

NOTA 14 – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros e entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Dada a magnitude da Resolução em análise e o possível impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema fará uma jornada de forma inteligente, dividindo o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição suave e eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela cooperativa, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas. Para tanto, foi estabelecido um cronograma ao GT composto por etapas, e seu desenvolvimento será acompanhado pelo conselho de administração com frequência mínima semestral.

A INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA prevê a realização de ações à medida do decorrer do prazo estabelecido para rever seus processos internos até o prazo de 31/12/2024 para implementação da Resolução CMN nº 4.966/21, que deverá abranger:

Notas explicativas às demonstrações contábeis sobre a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 – Instrumentos Financeiros.

Prazo: 30/10/2024; Estudos sobre os impactos da implantação de instrumentos financeiros, considerando: classificação, mensuração e reconhecimento.

Prazo: 30/11/2024

NOTA 14 – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/21

Apuração dos controles e revisão de manuais e políticas de gerenciamento de risco com efeito sobre os impactos da Res. CMN 4.966/2021.

Prazo: 31/12/2024

Implementação de controles, sistema e metodologia operacional e contábil.

Prazo de emissão até 31/12/2024

Estudos sobre a modificação no sistema operacional – módulo crédito e contábil.

São Paulo, 28 de março de 2024

Srta. Cleude Rodrigues
Presidente Executiva
CPF nº 942.572.053-34

Sra. Ana Carolina Langaro
CRC PR-067695/O-6
CPF nº 075.508.699-60

EVOLUÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2º Semestre de 2023 (em R\$)	31/12/2023 (em R\$)	31/12/2022 (em R\$)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.434.649,39	2.690.351,26	3.085.294,74
Operações de Crédito	836.668,54	1.636.411,40	2.258.615,73
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	597.980,85	1.053.939,86	826.679,01
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(295.199,46)	(660.823,09)	(937.780,66)
Operações de Captação no Mercado	(76.788,07)	(162.421,11)	(499.832,64)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(218.411,39)	(498.401,98)	(437.948,02)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.139.449,93	2.029.528,17	2.147.514,08
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS / DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(823.564,96)	(894.012,24)	(1.941.526,55)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	518.685,32	889.244,56	359.260,51
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(183.123,92)	(367.709,66)	(948.896,37)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(872.363,16)	(1.157.085,58)	(1.303.458,24)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	104.705,02	182.767,01	11.824,44
Despesas de Depreciação e Amortização	(6.290,81)	(15.230,56)	(19.250,00)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(385.177,41)	(425.998,01)	(36.626,90)
Outros Dispêndios e Despesas Tributárias	-	-	(4.379,99)
RESULTADO OPERACIONAL	315.884,97	1.135.515,93	205.987,53
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	315.884,97	1.135.515,93	205.987,53
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES LEGAIS	315.884,97	1.135.515,93	205.987,53
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	510.982,17	-
Fundo de Reserva - 30%	-	340.654,78	-
FATES - 15%	-	170.327,39	-
SOBRAS/ PERDAS DO SEMESTRE	315.884,97	624.533,76	205.987,53

EVOLUÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2º Semestre de 2023 (em R\$)	31/12/2023 (em R\$)	31/12/2022 (em R\$)
Sobra Líquida do Período	315.884,97	624.533,76	205.987,53
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	315.884,97	624.533,76	205.987,53

**As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

São Paulo, 28 de março de 2024

Srta. Cleude Rodrigues
Presidente Executiva
CPF nº 942.572.053-34

Sra. Ana Carolina Langaro
CRC PR-067695/O-6
CPF nº 075.508.699-60

Observação: O presente relatório de Gestão Anual não contém a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido que estarão disponíveis no site institucional juntamente com as demais demonstrações contábeis e as notas explicativas.

PARECER **DO** **CONSELHO DE** **ADMINISTRAÇÃO**



nº 021_2024_IND

Aos

**Diretores Executivos, Colaboradores e Associados da INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO
CNPJ nº 04.306.351/0001-86 – Id_BACEN Z9990157.**

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 – Examinamos o Balanço Patrimonial da INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO elaborado em 31 de dezembro de 2023, e as demais demonstrações contábeis, o relatório anual de gestão, o parecer e o relatório dos Auditores Independentes e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Cooperativa durante o exercício findo;

2–Nosso objetivo é o de expressar a nossa opinião aos Associados acerca das operações realizadas pela Cooperativa juntamente com os relatórios de auditoria e as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo, em conformidade com o inciso XII do art. 67 do Estatuto Social;

3– Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas lidas em conjunto com as notas explicativas, o parecer e o relatório dos Auditores Independentes e o Relatório de Gestão, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INDEPENDÊNCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO, em 31 de dezembro de 2023, exceto quanto a base para a emissão de Parecer com “Opinião Adversa” em função da existência de registros contábeis originados em gestões anteriores e cujas ações para a regularização embora, em andamento, possuem previsão de conclusão que ultrapassará o exercício de 2024..

4– As demonstrações contábeis elaboradas no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 apresentadas foram auditadas pela empresa Linear Auditores Independentes.

INDEPENDENCIA COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO

Sr. Aroldo Rodrigues Soares Júnior – Presidente

Sr. Wesley Lima Santos – Vice Presidente

Sr. Márcio Henrique Portilho de Carvalho – Membro Vogal

Sra. Flávia Aparecida Teixeira – Membro Vogal

Sra. Kênia Mara Dias – Membro Vogal

CANAIS DE ATENDIMENTO

Website

WWW.COOPINDEPENDENCIA.COM.BR

Email Address

sede@coopindependencia.com.br

Número de Telefone

(11) 5197-7575

Atendimento Whatsapp

(11) 93220-6632

(11) 96393-9458

Atendimento Presencial

Rua Voluntários da Pátria, 257, Santana – São Paulo/SP – 3º andar

Bloco I – CEP 02011-000

Dias úteis de Segunda a Sexta as 10h00min às 15h00min

OUVIDORIA

Telefone da Ouvidoria

0800-042-0851

Plataforma de Ouvidoria

<https://fenacred.com.br/ouvidoria/>

Canal de Indícios de Ilicitude

http://fenacred.com.br/canal_de_denuncia

